



## **ATA DE VISITA**

**Unidade:** Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha

**Data da fiscalização:** 04.05.22

**Início:** 10:10 hs

**Término:** 11:57 hs



### **§ 1 Introdução**

No dia **04.05.22**, a **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, através da Coordenação do Núcleo do Sistema Penitenciário (NUSPEN) - Defensores Públicos Daniel Diamantaras de Figueiredo e Leonardo Rosa Melo da Cunha - compareceu à **Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha** (doravante, CPPRR), unidade prisional localizada no complexo penitenciário de Gericinó, para a realização de **visita inspecionária**<sup>1</sup> ao estabelecimento.

---

<sup>1</sup>Art. 4º, inciso XVII, da LC nº 80/94, e art. 81-B, parágrafo único, da Lei nº 7210/84.



O ingresso da equipe no estabelecimento foi precedido dos procedimentos de praxe – identificação, registro nominal em livro próprio, submissão à inspeção dos pertences pessoais e revista mecânica (portal de detecção de metal).

A equipe da Defensoria Pública foi gentilmente recepcionada pelo **Diretor, Subdiretor e Chefe de Segurança** da CPPRR – Policiais Penais Barbosa, Carvalho e Carvalho, respectivamente–, e por todo o *staff* de servidores do estabelecimento. Todas as informações solicitadas foram prestadas, assim como foi franqueado livre acesso a todas as dependências carcerárias da unidade prisional.

## § 2 Vistoria

A **entrevista** com o **corpo diretivo da CPPRR** antecedeu o ingresso no local onde estão alojadas as pessoas privadas de liberdade, cabendo consignar os seguintes pontos:

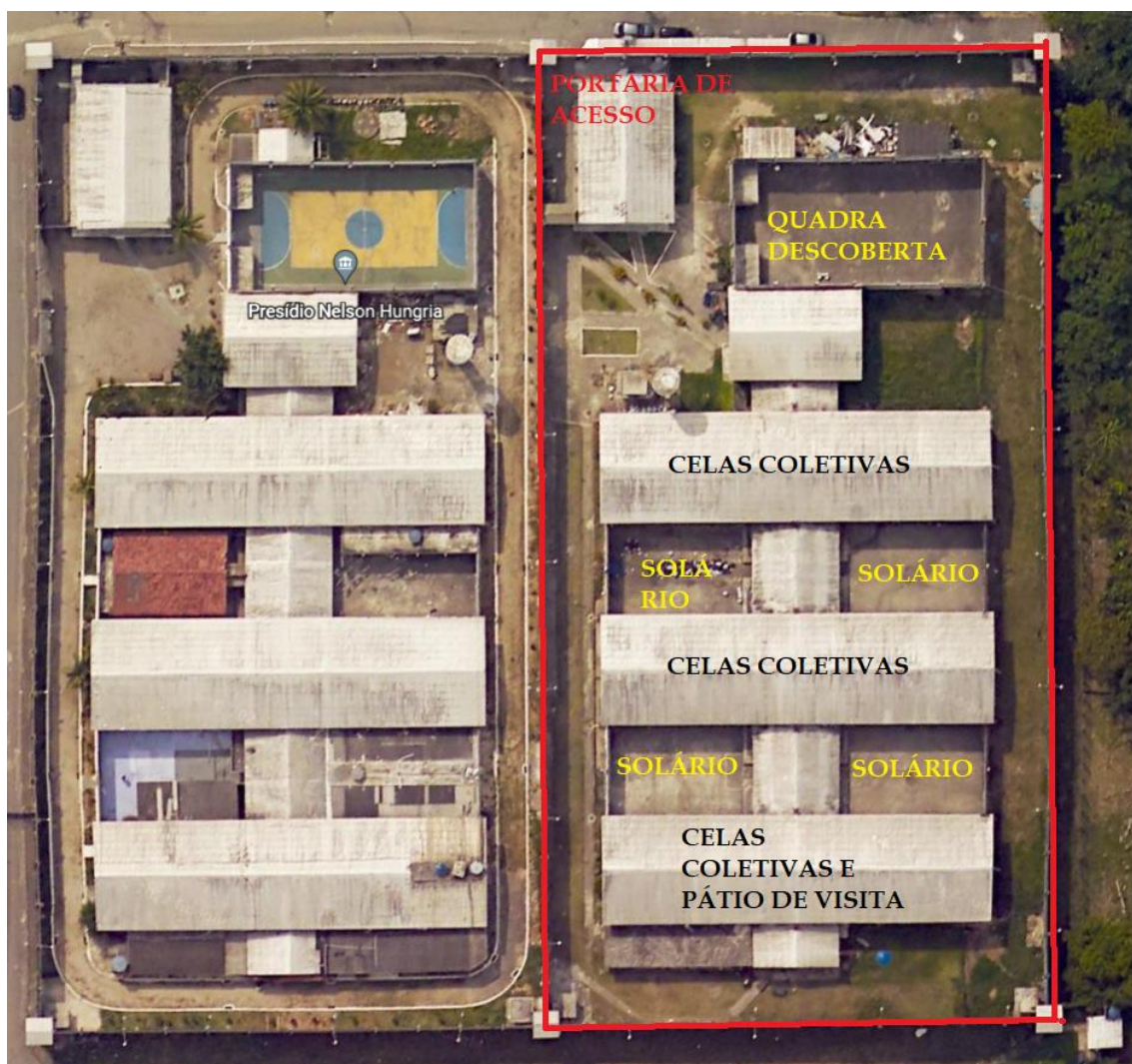
1) **Capacidade ocupacional**: a Direção relatou que a unidade detém capacidade para abrigar **750 detentos** e, no dia da inspeção, contava com **1088 pessoas privadas de liberdade**, ostentando, portanto, **excesso populacional de 338 detentos (45,06% acima da capacidade máxima oficialmente declarada)**);

2) **Perfil**: atualmente, a unidade prisional destina-se ao **público masculino** e aloja pessoas privadas de liberdade que figuram como **réus em processos criminais ainda em curso**, isto é, a população carcerária é composta de **presos provisórios** que **não ostentam sentença condenatória**; a



Direção relatou que os detentos afirmam integrar o grupo denominado “Comando Vermelho”; ainda segundo a Direção, em virtude do perfil do estabelecimento, há ingresso semanal de aproximadamente 200 detentos e muita rotatividade de pessoas privadas de liberdade;

3) **Estrutura:** a CPPRR é um estabelecimento prisional plano, de um **único pavimento**, e, além dos setores administrativos e técnicos, a unidade é estruturada, basicamente, da seguinte forma:



*À esquerda, Presídio Nelson Hungria; à direita, Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha*



. 01 galeria com 10 celas coletivas dispostas em ambos os lados de um corredor central único e nominalmente identificadas por números sequenciais (1 a 10), cada qual com capacidade para 75 pessoas privadas de liberdade e equipadas com “triliches” (25 em cada cela), havendo, ainda, um banheiro coletivo em cada uma das celas; há 04 solários destinados ao banho de sol dos detentos, os quais estão localizados à direita e à esquerda do corredor central;







. numa das extremidades do corredor central há uma quadra descoberta onde existem 02 celas identificadas como “SEGURO” e “ISOLAMENTO”;



. na outra extremidade há um refeitório composto de bancos e mesas de concreto fixos ao solo e com ventiladores de parede, havendo ainda banheiros feminino, masculino e para crianças, sendo neste local em que funciona a cantina da unidade prisional e onde se realiza o direito à visitação social;

4) Policiais Penais: cada turma que atua na CPPRR é composta por 05 Policiais Penais e, segundo a Direção, o número ideal de Policiais Penais em cada turma seria 10;



5) **Assistência à Saúde:** o estabelecimento **não conta com profissional da medicina e nem da enfermagem**, mas **há 03 técnicos(as) de enfermagem** que atendem em sistema de rodízio durante os dias da semana;

6) **Medicamentos:** a Direção informou que a unidade **recebe satisfatoriamente a medicação básica** (aspirina e dipirona, por exemplo), mas que, havendo necessidade de **medicamentos mais complexos**, a pessoa privada de liberdade é encaminhada para a UPA;

7) **Dentista:** **não há** profissional de **odontologia** na unidade prisional, **embora haja o respectivo consultório**;

8) **Vacinação:** a Direção informou que no dia 06.05.212 haverá **vacinação contra a gripe** na unidade prisional;

9) **Psiquiatria, Psicologia e Serviço Social:** **não há profissionais** destas especialidades técnicas designados(as) para atuar no estabelecimento, o qual conta com o apoio de uma **equipe volante** da SEAP/RJ para o atendimento das pessoas privadas de liberdade;

10) **Assistência Jurídica:** a prestação de assistência jurídica é realizada pela **Defensoria Pública**, cujo atendimento presencial, conforme a Direção, poderia ser realizado com maior frequência; há local específico para o atendimento realizado por Advogado(a) às pessoas privadas de liberdade;



11) **Alimentação:** a Direção informou que a **alimentação das pessoas privadas de liberdade** é fornecida pela empresa **Comida Caseira** e é composta por **04 refeições**: café da manhã, almoço, jantar e ceia; conforme a Direção, o serviço prestado pela empresa é, no geral, satisfatório e que não está havendo problemas com o fornecimento e a qualidade das refeições, ressaltando que o **feijão é servido à parte**, medida que evita que os alimentos no interior das “quentinhas” estraguem; a **alimentação dos Policiais Penais** é preparada pela mesma empresa nas dependências do estabelecimento com **insumos fornecidos pela própria empresa**;

12) **Água:** a Direção informou que o insumo é **fornecido de forma controlada às pessoas privadas de liberdade – 05 vezes ao dia por 30 minutos** em cada oportunidade; segundo a Direção, a necessidade de controle não decorre da possibilidade de faltar água no estabelecimento, e sim para **evitar o desperdício do insumo**, salientando que faltam torneiras em vários pontos de saída de água nos banheiros;

13) **Água Quente:** a unidade **não tem dispositivo de aquecimento da água** para as pessoas privadas de liberdade

14) **Limpeza:** a Direção relatou que **os reservatórios de água da CPPRR não passam por processo de limpeza por empresa**



especializada desde que assumiu a gestão do estabelecimento há 03 meses atrás;

15) Banho de Sol: conforme a Direção, há banho de sol todos os dias nos solários da unidade, mas que não é faticamente viável que todas as pessoas privadas de liberdade usufruam do direito ao banho de sol todos os dias, já que o estabelecimento prisional não dispõe de estrutura para tanto e nem de recursos humanos suficientes;

16) Visitação Social: a Direção informou que o direito à visitação social ocorre em 03 dias da semana: terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, entre 09:00 hs e 16:00 hs; o direito à visitação social é realizado no refeitório situado numa das extremidades do corredor central da galeria do estabelecimento;



17) Visitação Íntima: as pessoas privadas de liberdade têm direito à visitação íntima; há 08 celas especificadamente destinadas a esta atividade e cada detento tem direito a usufruir dos encontros afetivos quinzenalmente; segundo a Direção, atualmente 05 pessoas privadas de liberdade exercem o direito à visitação íntima; a equipe da Defensoria Pública não visitou o local – e, portanto, não efetuou registros fotográficos – porque havia pessoas usufruindo do direito;



18) **Atividade Educacional**: a Direção informou que **não há estabelecimento oficial de ensino** na unidade, mas que há tratativas com a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) para a implantação do ENCEJA; há no estabelecimento prisional o programa de **remição por leitura**;

19) **Atividades de Cultura e Lazer**: a Direção relatou que **não há atividades culturais** na unidade, mas há **projeto para implantação de artesanato**; a **atividade de lazer** é o banho de sol;

20) **Atividade Esportiva**: durante o banho de sol é permitida a prática de **futebol** nas quadras externas;

21) **Atividade Laborativa**: segundo a Direção, há **22 pessoas privadas de liberdade formalmente classificadas** para o desempenho de trabalho interno de **“faxina”** (limpeza, manutenção e distribuição de refeições, por exemplo), todos trabalhando sob a **condição de voluntário com autorização judicial**, isto é, **sem remuneração**;

22) **Atividade Religiosa**: o exercício de **atividade religiosa é permitido na CPPRR e é realizado**, atualmente, no **refeitório** onde ocorre a visitação social; há projeto para que a Igreja Universal do Reino de Deus contribua para a construção de um espaço específico para a atividade religiosa;

23) **Colchões**: o estabelecimento **não tem recebido colchões**, conforme relato da Direção;

24) **Vestuário**: a unidade **não tem recebido vestuário** para fornecer à população carcerária, mas é permitido aos familiares fornecerem aos detentos;



25) Roupa de Cama: a unidade **não tem recebido roupa de cama**, segundo a Direção;

26) Material de Higiene: a Direção informou que a CPPRR é **abastecida** com **papel higiênico e sabonete** de maneira suficiente para atender à demanda;

27) Custódia: a Direção relatou que a **custódia** (entrega de produtos por parte de familiares/visitantes fora dos dias de visita) ocorre toda **segunda-feira**;

28) Remédios: de acordo com resolução da SEAP/RJ, familiares/visitantes podem fornecer medicamentos, sendo exigida a respectiva receita em relação aos medicamentos que necessitam de prescrição médica;

29) Cantina: há uma **cantina** instalada na unidade prisional, que funciona no pátio de visitação todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados;

30) Direito à Informação: é **permitido** o ingresso e a utilização de **aparelhos de televisão e rádio**, mas **não é permitido o ingresso de jornas e revistas**;

31) Ventilador: é **permitido** às pessoas privadas de liberdade o uso de **ventiladores nas celas**;

32) Incêndio: **não há** plano de **prevenção e combate a incêndio** na ambiência carcerária;



33) **Material de Escritório**: a Direção relatou que o fornecimento de **material de escritório é satisfatório**; a **internet e a(s) linha(s) telefônica(s) funcionam**;

34) **Instalações Hidráulicas**: a Direção relatou que as instalações hidráulicas **funcionam normalmente**;

35) **Instalações Elétricas**: a Direção informou que as **instalações elétricas funcionam normalmente**, e que o estabelecimento é dotado de um **gerador de energia**;

36) **Disciplina e Segurança**: a Direção considera que tanto a disciplina da população carcerária quanto o nível de segurança da unidade são de **bom nível**.

Após a entrevista com a Direção da unidade, a equipe da Defensoria Pública dirigiu-se às galerias e **entrevistou-se com detentos do estabelecimento**, destacando-se os seguintes pontos:

1) **Superlotação**: os detentos afirmaram que, em virtude da superlotação, são **obrigados a dividir camas**, com **02 presos por "comarca"**;



2) Assistência à Saúde: as pessoas privadas de liberdade relataram que o estabelecimento prisional não conta com médico(a), mas sim com técnicos de enfermagem que atendem todos os dias, e que o acesso a este serviço é fácil; os detentos afirmaram que não há medicamentos (“nunca tem”);

3) Dentista: conforme relatos das pessoas privadas de liberdade, não há dentista designado para atender no estabelecimento prisional (“faz falta”);

4) Banho de Sol: os detentos afirmaram que o direito ao banho de sol “é raro, é quando eles querem”, e que permanecem por mais de uma semana sem o banho de sol, não havendo um dia predeterminado;

5) Assistência Social: as pessoas privadas de liberdade informaram que faz muita falta o atendimento do serviço de assistência social, notadamente para obtenção de documentos, registros de paternidade e pedidos de visita íntima;

6) Água: as pessoas privadas de liberdade informaram que o fornecimento de água é controlado – 04 vezes ao dia pelo período aproximado de 30 minutos, e também houve relatos de que ocorre a cada 03 horas, 06 vezes por dia -, mas que “tá dando conta”; alguns detentos relataram coceiras no corpo e atribuíram à qualidade da água;

7) Alimentação: as pessoas privadas de liberdade relataram a má qualidade das refeições, que são mal preparadas, mal cozidas e mal temperadas – “arroz ruim, feijão cheio de pedra”, “várias paradas de porco, cheio de cabelo” -, bem como afirmaram que o cardápio é repetitivo; os detentos



disseram, ainda, que praticamente só comem o arroz e o feijão, jogando no lixo o restante;

8) Assistência Jurídica: os detentos relataram que não está havendo atendimento jurídico nem na forma presencial e nem na forma remota; houve outros relatos no sentido de que o atendimento jurídico não é realizado com frequência e que, quando ocorre, costuma ser realizado às segundas-feiras;

9) Visitação: segundos os detentos, o direito à visitação social ocorre quinzenalmente, ao passo que em outras unidades prisionais a periodicidade já voltou a ser semanal;

10) Ventiladores: as pessoas privadas de liberdade relataram que está proibida a entrada de novos ventiladores no estabelecimento, sendo permitido o uso dos ventiladores já existentes;

11) Material de Higiene: as pessoas privadas de liberdade relataram que recebem pasta de dente, sabonete, escova de dente e papel higiênico de forma satisfatória.

### § 3 Considerações Finais

A Defensoria Pública não presenciou a chegada das refeições ao estabelecimento e não tem ciência do horário exato em que a empresa entregou na unidade as “quentinhas” e demais itens que integram a alimentação. A aferição do peso e da temperatura das “quentinhas” foi realizada no momento em que a equipe da Defensoria Pública dirigia-se à saída



da unidade prisional, já ao cabo da visita, mais precisamente às **11:45 horas**. Desta forma, em razão da hora em que foram dimensionadas a gramatura e a temperatura das “quentinhas”, a Defensoria Pública **assenta a presunção** de que a entrega das refeições ocorreu de acordo com as **diretrizes do Termo de Referência** do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019, que guiou o processo licitatório realizado em 2019 para a seleção das empresas responsáveis pelo fornecimento da alimentação, cuja **previsão expressa é de entrega do almoço entre 11:00 hs e 11:30 hs.**

As “quentinhas” destinadas às pessoas privadas de liberdade **não estavam acondicionadas em caixas térmicas** (*hot box*), o que significa **violação à cláusula 3.3.12** do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019, conforme evidenciam os registros fotográficos abaixo:



O **feijão é acondicionado em recipiente separado**, método que, segundo experiências já captadas em outras unidades, evita que a refeição enxertada no interior das “quentinhas” se estrague:

---

<sup>2</sup> “3.3.1. **Internos:** As refeições serão porcionadas em recipientes individuais recicláveis, devidamente acondicionadas e transportadas em caixas térmicas (Hot Box), em veículos apropriados para tal fim, respeitando os locais e horários estabelecidos pelo Contratante”.



A equipe da Defensoria Pública, de forma aleatória, selecionou 03 “quentinhas” para aferição da gramatura dos recipientes (02 de refeição normal e 01 de dieta). Ainda de acordo com o já citado Termo de Referência, cada “quentinha” deve ostentar o **peso mínimo de 600 gramas**<sup>3</sup>:



*quentinha 01*

<sup>3</sup> “3.5.3. O peso mínimo do almoço e do jantar deverá ser de 600 gramas cada”



*quentinha 02*



*quentinha 3*



Os registros fotográficos denotam que as 03 “quentinhas” pesadas pela equipe da Defensoria Pública estavam com o peso sensivelmente abaixo do patamar mínimo de 600 gramas. Uma possível explicação para esta defasagem – embora seja de difícil comprovação – decorre do fato de que o feijão é entregue em recipiente separado para evitar que as refeições estraguem.

A equipe da Defensoria Pública realizou a medição da temperatura das 03 “quentinhas”, e todas apresentavam temperaturas inferiores a 60° C, o que contraria a cláusula 3.9.4<sup>4</sup> do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019.



*quentinha 01*

---

<sup>4</sup> “3.9.4. No transporte, os alimentos quentes prontos para o consumo deverão ser mantidos em temperatura superior a 60° C e os alimentos frios, mantidos sob temperatura abaixo de 10° C”. Também neste mesmo sentido, art. 7º, § 2º, da Resolução nº 03/17, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.



*quentinha 02*



*quentinha 03*

Em resumo, eis o quadro demonstrativo do peso e da temperatura das 03 “quentinhas”:



Recipiente	Peso	Temperatura
Quentinha 01	355 g	46,6º C
Quentinha Dieta	391 g	50,5º C
Quentinha 02	430 g	44,3º C

Ainda segundo o Termo de Referência, a refeição deve ser **composta** por “**guarnição**” e “**vegetais refogados**” (cláusula 3.5, TABELA 2: COMPOSIÇÃO DO ALMOÇO E JANTAR). O **grupo “guarnição”**, por seu turno, é integrado por **vegetais** (abóbora, abobrinha, aipim, batata doce, batata inglesa, berinjela, beterrada, cenoura, chuchu, inhame, quiabo e vagem), massas (espaguete, parafuso e talharim), **polenta, pirão e farofa**, ao passo que o **grupo “vegetais refogados”** é composto por **abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, batata doce, batata inglesa, berinjela, beterrada, brócolis, cenoura, chicória, chuchu, couve-flor, couve, espinafre, inhame, quiabo, repolho e vagem** (TABELA 7: COMPONENTES DO CARDÁPIO).

**Ao menos visualmente**, a equipe da Defensoria Pública **não conseguiu detectar qualquer componente do grupo “vegetais refogados”** nas 03 “quentinhas” de alimentação comum (não dieta) que foram inspecionadas.

O **acesso controlado à água** exige que o **insumo seja estocado** pelas pessoas privadas de liberdade. Nos banheiros das celas visitadas pela equipe da Defensoria Pública, havia **grandes galões de plástico de cor azul** em que a água é armazenada pelos detentos:



A Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha, estabelecimento prisional inaugurado no dia 03.06.03, ostenta, como já ressaltado algures, a funcionalidade carcerária de servir como local de privação de liberdade para presos provisórios.

Por violação direta ao art. 104 c/c art. 88, parágrafo único, alínea "b", da Lei nº 7210/84 (Lei de Execução Penal), o estabelecimento não pode e não deve funcionar como cadeia pública, já que é uma unidade prisional dotada de celas coletivas – e não individuais, como deveria ser e como determina a legislação há 38 anos – e, portanto, incompatível com o desenho arquitetônico legalmente desenhado.

De forma geral, o estabelecimento apresenta bom aspecto externo no perímetro carcerário. As alamedas e os canteiros gramados são limpos e bem cuidados, conformando um ambiente agradável:

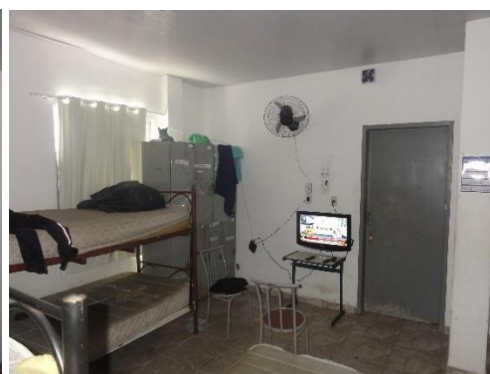


Os setores administrativos e técnicos da unidade prisional também ostentam boa apresentação, sendo igualmente limpos e organizados.

Todas as 04 refeições diárias – café da manhã, almoço, jantar e lanche – são consumidas pelas pessoas privadas de liberdade nas próprias celas. Os restos de comida e as “quentinhas” vazias são estocados em recipientes impróprios e inadequados no interior das celas e banheiros, procedimento que pode gerar a atração de bichos/ parasitas/semelhantes, além de não ser sanitariamente recomendável e potencialmente danoso à saúde das pessoas privadas de liberdade e de servidores públicos que trabalham no estabelecimento prisional:



A unidade prisional conta com um alojamento específico para os Policiais Penais, que fica situado no prédio da administração da CPPRR. O local é provido de beliches, aparelho de ar condicionado, armários individuais e banheiro ladrilhado com chuveiro elétrico:





Também no prédio da administração do estabelecimento há um refeitório para que os Policiais Penais consumam as refeições com conforto:



Fora do perímetro carcerário há um local coberto para que pessoas visitantes aguardem o ingresso na CPPRR. O espaço é provido de um comprido banco de concreto, ventiladores e bebedouro, mas não há banheiros para uso do público durante o período de espera.



As 02 celas localizadas na quadra descoberta e que são utilizadas para o seguro e isolamento são e estão inabitáveis e impróprias para o abrigo e a permanência de pessoas.



De início, cumpre registrar que estas 02 “celas” foram concebidas como 02 banheiros<sup>5</sup>. A Defensoria Pública, através da Coordenação do NUSPEN, após a visita de inspeção realizada no dia 05.06.18, ajuizou pedido judicial de interdição destas 02 “celas” como local de privação de liberdade.

No Procedimento Especial nº 2018/0010630-2, instaurado em razão do pedido da Defensoria Pública, a Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro (VEP/RJ), em decisão de 01.08.19, considerou que as “condições das celas alvo do requerimento de interdição são aceitáveis, considerando os padrões impostos pela realidade dos sistema prisional fluminense”, consignando que o “ambiente está dentro dos padrões mínimos de salubridade pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana”, mas, entretanto e paradoxalmente, registrou no bojo da decisão que a “Administração tem ciência das irregularidades” e a “necessidade de saneamento de irregularidades”. Ao cabo, o pedido de interdição destas 02 “celas” foi indeferido pela VEP/RJ, de modo que estas 02 “celas” são ainda utilizadas pela administração penitenciária.

Estas são as 02 “celas” de seguro e de isolamento localizadas na quadra descoberta e o estado das mesmas no dia da visita da equipe da Defensoria Pública, cabendo informar que havia 01 detento na “cela” de seguro e aproximadamente 06 detentos na “cela” de isolamento:

---

<sup>5</sup> Relatório de fiscalização do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública relativo à inspeção do dia 03.05.07.



*"cela" do isolamento*



*"cela" do seguro*

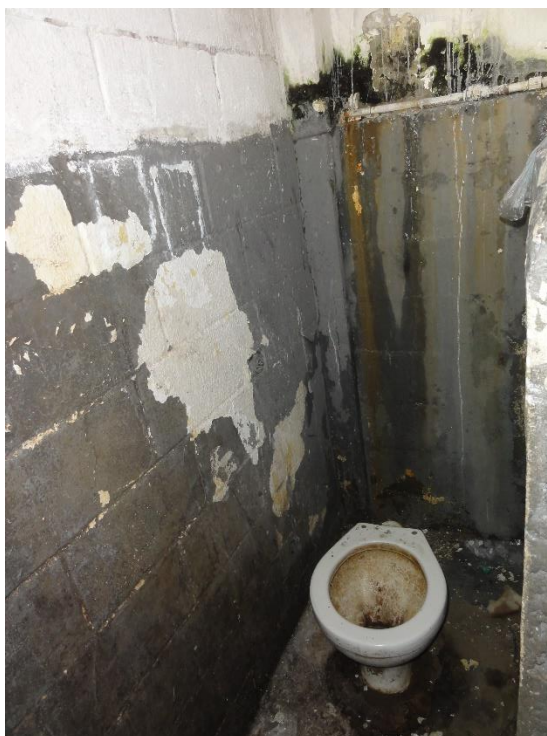


*"cela" do seguro*

Abaixo, registros fotográficos da “cela” de isolamento (então denominada “cela B”) captados na visita do dia 05.06.18 e que foi judicialmente categorizada como própria e adequada:







Conforme já consignado algures, a Direção do estabelecimento informou que a unidade prisional detém **capacidade máxima para 750 pessoas privadas de liberdade**, com **10 celas coletivas**, cada qual provida por **75 camas** (ou **25 triliches**). Este mesmo quantitativo também é oficialmente informado pela própria SEAP/RJ no documento semanalmente confeccionado e intitulado “EFETIVO CARCERÁRIO”.

Não obstante, **a CPPRR não foi originalmente concebida e edificada para abrigar 750 pessoas privadas de liberdade**, tratando-se de uma **capacidade ocupacional irreal** formatada pela administração penitenciária como o propósito de **aumentar artificialmente o número de vagas** do estabelecimento. Em sua gênese, a **unidade prisional foi construída para abrigar 500 detentos(as)**<sup>6</sup>, sendo que as **10 celas coletivas**, ao revés do atual

<sup>6</sup> Relatórios de fiscalização do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública relativo às inspeções de 03.05.07 e 05.06.18; *Quando a liberdade é exceção: a situação das pessoas presas sem condenação no Rio de Janeiro* (Justiça Global e Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, 2016, p. 37); e *Gestão de unidades prisionais com gangues: a experiência do Rio de Janeiro* (Cesár Caldeira, p. 17).



quadro (25 triliches e, portanto, 75 camas), eram equipadas com 25 beliches (50 camas).

Em dado corte histórico – certamente não posterior ao dia 03.05.07, data em que o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos realizou vistoria no estabelecimento prisional, que, à época, já contava com 750 vagas – a administração penitenciária resolveu aumentar a capacidade máxima da CPPRR através de um simples engenho: a colocação de mais uma cama em cada um dos beliches das celas coletivas, transformando-os em triliches (25 camas a mais em cada uma das 10 celas coletivas).

Assim, de forma artificial, a capacidade ocupacional máxima da CPPRR foi majorada em 50%: saltou de 500 para 750 pessoas privadas de liberdade.

Este fenômeno carcerário de criação artificial de vagas em unidades prisionais não é exclusividade da CPPRR. Em outros estabelecimentos, tais como a Cadeia Pública Jorge Santana, Cadeia Pública Pedro Melo da Silva, Cadeia Pública Elizabeth Sá Rego e Cadeia Pública Cotrin Neto – unidades arquitetonicamente semelhantes (ou idênticas) à CPPRR –, também foram criadas vagas por meio da mera convolação edilícia de beliches em triliches, de modo que todos estes estabelecimentos registraram o mesmo patamar numérico de majoração da capacidade ocupacional máxima (50% frente à capacidade original de 500 pessoas privadas de liberdade).

Provavelmente – ou certamente, quiçá – este aumento fabricado de vagas decorrente da adição de mais 250 camas não foi devidamente acompanhado do reforço das demais competências prisionais, notadamente número de Policiais Penais, assistência à saúde, espaços de convivência e de



mobilidade, banheiros e instalações hidráulicas e elétricas, provocando, conseqüentemente, a deterioração qualitativa da ambiência carcerária.

De qualquer forma, o parâmetro objetivo a ser utilizado para aferição do quadro de superlotação não é, obviamente, a capacidade ocupacional máxima atualmente declarada pela administração penitenciária (750 vagas), e sim a capacidade ocupacional original da CPPRR: 500 pessoas privadas de liberdade. Logo, tem-se que o estabelecimento prisional, no dia da visita da equipe da Defensoria Pública, ostentava exuberante quadro de superlotação carcerária (1088 detentos), operando com mais do que o dobro de sua capacidade máxima.

O estabelecimento carece de uma reforma imediata, ampla, geral e profunda que, certamente, escapa às possibilidades da Direção, naturalmente limitada quanto a recursos financeiros e recursos humanos inerentes à intervenções estruturais de grande monta. O transcurso do tempo, a manutenção inadequada (ou completa ausência) e o excesso de pessoas privadas de liberdade são fatores que certamente contribuíram e ainda contribuem para a degradação física das dependências carcerárias da CPPRR.

As celas coletivas não apresentam bom estado de conservação, assim como os respectivos banheiros. Não há móveis ou locais apropriados para a guarda de bens pessoais dos detentos, os quais recorrem a subterfúgios inventivos para acomodá-los. Os banheiros visitados pela Defensoria Pública possuem péssimo aspecto, não sendo minimamente adequados às atividades humanas a que funcionalmente se prestam.



## § 4 Recomendações

Ao cabo, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através da Coordenação do Núcleo do Sistema Penitenciário, **alvitra o acolhimento e a implementação das seguintes recomendações, sem prejuízo de outras que podem ser extraídas do conteúdo deste relatório:**

a) **redução quantitativa da população carcerária** em atenção **ao art. 88, parágrafo único, alínea “b” c/c art. 87 e 104 da LEP,** observando-se a finalidade carcerária do estabelecimento e o perfil jurídico das pessoas privadas de liberdade alojadas na unidade;



b) ou, redução quantitativa da população carcerária à capacidade ocupacional máxima original da unidade prisional (500 pessoas privadas de liberdade);

c) a interdição total das celas atualmente destinadas ao “seguro” e ao isolamento em virtude da absoluta inadequabilidade do local para o alojamento de pessoas privadas de liberdade;

d) ou, a interdição parcial das celas atualmente destinadas ao seguro e ao isolamento disciplinar em relação à quantidade máxima de pessoas privadas de liberdade por habitáculo (01 detento por cela em virtude da metragem espacial);

e) a realização de obras/reformas em todas as celas coletivas/individuais e banheiros do estabelecimento com o propósito de erradicar os inúmeros pontos de infiltração, consertar as “comarcas” danificadas e reconstruir aquelas eventualmente inexistentes/inutilizadas, além das demais intervenções necessárias ao regular funcionamento do estabelecimento que forem definidas pelos setores técnicos responsáveis (engenharia/arquitetura);

f) fornecimento ininterrupto e contínuo de água às pessoas privadas de liberdade (Regra 22.2 das Regras de Mandela e art. 13 da Resolução nº 14/94 e art. 3º, § 11, da Resolução nº 03/17, ambas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária);

g) a designação de profissional de medicina para atuar exclusivamente na unidade prisional;

h) a designação de profissional de odontologia para atuar exclusivamente na unidade prisional;



i) a designação de profissionais de psiquiatria, psicologia e serviço social para atuar exclusivamente na unidade prisional;

j) fornecimento de colchões, vestuário e roupas de cama à todas pessoas privadas de liberdade, nos termos da Resolução SEAP nº 416/11 e Resolução nº 04/17, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

k) proporcionar às todas as pessoas privadas de liberdade “um período mínimo diário de 2 (duas) horas de banho de sol, assim entendido a permanência ao ar livre, nas dependências externas da unidade (fora das celas, galerias e respectivos solários); e (iii) nesse período total de 2 (duas) horas diárias de permanência ao ar livre, franquear a todo preso, pelo menos durante 1 (uma) hora, local apropriado à prática de exercício, esporte e lazer, com “*espaço, instalações e equipamentos*” adequados a esse”, conforme decisão proferida no Processo nº 0410810-73.2014.8.19.0001 pela 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro e confirmada pela Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça;

l) injunções perante a empresa responsável pelo fornecimento da alimentação para que cumpra as cláusulas contratuais tal como pactuadas com o poder público, notadamente em relação à temperatura e a gramatura das “quentinhas”, bem como seja observada a obrigatoriedade de todos os itens alimentícios que integram o cardápio;

m) a limpeza dos reservatórios da água (caixa de água, cisternas e semelhantes) de acordo e com a frequência temporal estipulados pelas normas técnicas aplicáveis;



n) implantação de programa de prevenção e combate a incêndio na ambiência carcerária, assim como a instalação dos equipamentos pertinentes (extintores, mangueiras de água, sinalização visual *etc*);

o) aumento do quadro numérico de Policiais Penais das turmas do estabelecimento prisional.

**Daniel Diamantaras de Figueiredo**

-Defensor Público-

Coordenador/NUSPEN

**Leonardo Rosa Melo da Cunha**

-Defensor Público-

Subcoordenador/NUSPEN